



LUTO PELAS 600 MIL VIDAS PERDIDAS

“É absolutamente impossível para as universidades tocar o ano de 2022, com o retorno de atividades presenciais, com este orçamento”

O desabafo é do professor **Marcus Vinicius David**, presidente da Associação Nacional dos Reitores (Andifes). “As universidades não têm mais o que cortar, o que ajustar. Com o retorno presencial, vamos ter de contratar, há despesas de manutenção; e a tarifa de energia está disparando”, explica.

Os orçamentos das universidades federais e do sistema nacional de Ciência e Tecnologia permanecem em estado crítico para o ano que vem, segundo a proposta do governo em tramitação no Congresso Nacional

Página 3

CLIMA DE MEDO: PROFESSORES E ALUNOS RELATAM CASOS DE VIOLÊNCIA NO FUNDÃO

Página 5



FOTOS: ALESSANDRO COSTA



EDITORIAL

OS NOVOS VELHOS PROBLEMAS

DIRETORIA

Começamos a debater o retorno presencial e já nos deparamos com desafios de uma magnitude que há muitos anos não experimentávamos. Em menos de dois anos de pandemia, e quase três de governo Bolsonaro, parece que estamos prestes a retornar ao campus dos anos 90 do século passado, sem recursos nem para capina, com desovas de cadáveres e prédios em péssimas condições. Não estávamos nem perto de resolver todos os nossos históricos problemas, mas muito havíamos caminhado. Esse será o maior desafio que enfrentaremos no retorno de nossas atividades. O impacto do estrangulamento orçamentário ficou amenizado pela ausência da vida no campus, mas com o retorno gradativo, essas dificuldades tendem a aumentar, caso não haja uma reversão imediata do nosso quadro orçamentário.

E, se já não nos bastasse o retorno de velhos fantasmas, temos que lidar também com novos assombros, pois o desmonte do sistema nacional de pesquisa não tem paralelo com nenhum outro governo. O que nos tem sido revelado pela CPI da Covid explica o horror que o atual governo tem pela Ciência e seus métodos, por seu controle rigoroso, checagem de resultados, comissões de ética e cuidados redobrados na divulgação dos resultados de investigações. Assim como o jornalismo responsável, que apura e investiga, que também checka suas fontes e verifica de forma responsável o que ocorre à sua volta, a arte e a educação, que incomodam e nos fazem pensar e enxergar para além do imediato e do visível, somos todos alvos de ações persecutórias.

Com a dolorosa marca oficial de 600 mil mortos no país por covid-19, muitas manifestações, e alguma esperança, começamos a vislumbrar a luz no fim do túnel. Mas sabemos que a pandemia não terminou, e que o retorno às atividades presenciais, embora seja o desejo da maioria de nós, é também atravessado pelas enormes preocupações e inseguranças que esse cenário nos traz. Se nossa gestão enfrentou o desafio de criar as condições para a existência da vida sindical em ambiente remoto, a próxima, que se inicia daqui

a uma semana, terá que responder a um desafio não menor, pois a retomada das atividades também irá demandar novas práticas e o reconhecimento de que alguma coisa se extinguiu e daremos início a uma nova forma de vida institucional.

Também se aproxima o final de mais um semestre letivo, e teremos ao menos uma pausa para recarregar as baterias. Nesse momento, é importante ressaltar que, embora estejamos vivendo um momento de perdas e retrocessos, também temos conseguido resistir e nos mantemos inteiros. Ainda estamos em plena batalha, pois a PEC 32 não foi sepultada. A pressão que as entidades representativas dos servidores públicos têm realizado no Congresso está sendo crucial e deve se intensificar nos próximos dias. Por isso, vamos fixar nosso olhar no que fomos capazes de garantir até agora, e não foi pouco. O país autoritário e servil de Bolsonaro não se realizou. E não permitiremos que se imponha sobre nós. Vamos sacudir a poeira e ocupar com dignidade e responsabilidade o espaço que nos pertence, a universidade pública não se vergará e nós, professores e professoras da UFRJ, estaremos prontos para dar mais uma lição de civilidade e responsabilidade sanitária a esse desgoverno da morte.

AdUFRJ
CONVITE
Posse da Diretoria e do Conselho de Representantes Biênio 2021-2023

SEXTA-FEIRA | 15 DE OUTUBRO DE 2021 | 18H

COLÉGIO BRASILEIRO DE ALTOS ESTUDOS DA UFRJ
AV. RUI BARBOSA, 762 | FLAMENGO | RIO DE JANEIRO

Atendendo ao protocolo de segurança sanitária, é obrigatório o uso de máscara. A cerimônia será transmitida simultaneamente em três salões a fim de cumprirmos as regras de distanciamento social.

Você também pode assistir de casa no [youtube.com/adufrj](https://www.youtube.com/adufrj) ou [facebook.com/adufrj](https://www.facebook.com/adufrj)



Ciência e Educação sofrem com asfixia orçamentária

> Proposta do governo, que ainda precisa ser aprovada pelo Congresso, traz ligeira melhora em alguns números. Mas os avanços são insuficientes para recompor as perdas dos últimos anos

KELVIN MELO
kelvin@adufrj.org.br

ORÇAMENTO DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS

2019
R\$ 6,06 bilhões

2020
R\$ 5,53 bilhões

2021
R\$ 4,51 bilhões

PLQA 2022
R\$ 5,1 bilhões

Pleito Andifes
R\$ 6,9 bilhões

CAPES

2021
R\$ 3,01 bilhões

PLQA 2022
R\$ 3,14 bilhões
Aumento de apenas 4,35%

CNPq

2021
R\$ 1,23 bilhão

PLQA 2022
R\$ 1,31 bilhão
Aumento de apenas 6,87%

Seriam aproximadamente R\$ 6,9 bilhões, R\$ 1,8 bilhão a mais do que o governo propõe. “Se a gente imagina que 2022 já será um ano com possibilidade de termos grande parte das nossas atividades presenciais, precisamos ter como referência 2019, que foi o último ano de funcionamento pleno. E solicitamos a correção dos valores pela inflação, que pesa muito sobre as nossas contas”, esclarece Marcus.

A negociação, por enquanto, está em melhores condições que a última. “O orçamento de 2021 foi uma loucura. A discussão foi adiada para começar só em fevereiro deste ano. Fizemos um trabalho em toque de caixa. Nós mal conseguimos falar com a Comissão Mista de Orçamento (CMO). Para a PLOA 2022, já fizemos duas reuniões com a presidente da CMO” (senadora Rose de Freitas, do MDB-ES).

A SBPC também já conversa com os parlamentares para melhorar os números da Ciência. Após três anos de intensos cortes, os orçamentos da Capes e do CNPq apresentam ligeiro crescimento, de 4,35% e 6,87% respectivamente. As receitas da Capes sobem de R\$ 3,01 bilhões este ano para R\$ 3,14 bilhões na PLOA 2022. Mas a agência já teve orçamento previsto de R\$ 4,96 bilhões em 2017. As verbas do CNPq sobem de R\$ 1,23 bilhão para R\$ 1,31 bilhão. Há quatro anos, a agência dispunha de R\$ 1,67 bilhão. “Não tem perspectiva para o ano que vem. A proposta de orçamento prejudica a pesquisa, torna obsoletos os equipamentos e favorece a fuga de cérebros”, critica o presidente da SBPC, professor Renato Janine.

A Andifes já articula com parlamentares a recuperação do orçamento para valores de 2019, corrigidos pela inflação.

CIÊNCIA PERDE MAIS R\$ 635 MILHÕES

No dia 8, a comunidade científica foi surpreendida com mais um corte de R\$ 635 milhões no Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações. A pedido da equipe econômica, o Congresso Nacional aprovou a operação que retira verbas de bolsas e ameaça o edital Universal do CNPq,

para usar os recursos em outras áreas. “Apelamos a todos os parlamentares que seja dado um basta nos desvios de recursos da ciência brasileira. O Brasil precisa de ciência, precisa de tecnologia, precisa de inovação, precisa de educação”, diz uma nota da SBPC.

“Estamos junto ao Congresso, tentando passar emendas. Mas é um trabalho difícil, pois o ministério da Economia não tem demonstrado sensibilidade para esta situação”, lamenta o presidente da SBPC. “É curioso, porque o ministro tem negócios na área da Educação, mas ele não prestigia a Educação como área essencial para o crescimento econômico do Brasil”, completa.

Para o ano que vem, uma das grandes esperanças de desafogo dos pesquisadores residia na liberação completa do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), orçado em R\$ 4,23 bilhões. Após muita pressão da comunidade científica, o Congresso aprovou uma lei que impede o bloqueio das receitas do fundo. “Mas o governo adotou uma série de artifícios. Entre os quais, o de canalizar metade das verbas do FNDCT para o chamado reembolsável. Isto é, para empréstimos. E nenhuma instituição universitária tem condições de pagar empréstimo”, afirma Renato Janine. Se o dinheiro não for utilizado, volta ao Tesouro. As entidades científicas reivindicam que, no máximo, 15% do FNDCT

sejam reservados para recursos reembolsáveis, que poderiam ser utilizados em projetos de desenvolvimento tecnológico de empresas. Na Capes, o recurso para bolsas de ensino superior teve queda de 2% e, no CNPq, houve aumento de apenas 6%, segundo levantamento da assessoria parlamentar da SBPC. Presidente da Associação Nacional dos Pós-Graduandos (ANPG), Flávia Calé avalia que 2022 será mais um ano difícil para os estudantes, se a PLOA não for modificada. “Quem perde é o Brasil. Acontece um processo de elitização da produção científica”. A dirigente estudantil observa que se apenas os que tiverem dinheiro continuarem as pesquisas, isso poderá afastar a Ciência de resolver os problemas reais da maioria da população. Flávia defende que os recursos do FNDCT deveriam ser investidos em uma agenda estratégica. “Defendemos um reajuste e a universalização das bolsas, especialmente no doutorado. São as pessoas que efetivamente fizeram a opção pela carreira científica”, argumenta. “Nossa defesa é que o FNDCT financie este tipo de agenda”, completa.

COMUNIDADE ACADÊMICA CRITICA SUSPENSÃO DA AVALIAÇÃO DA PÓS

Desde o dia 22 de setembro, a avaliação quadrienal de mais de 4,6 mil programas de pós-graduação (2017-2020) — 132 só da UFRJ — está suspensa por uma liminar da Justiça Federal. O Ministério Público, autor da ação, argumenta que a Capes prejudica os programas ao aplicar, retroativamente, critérios que são definidos e modificados no curso do período avaliativo. A agência do MEC recebeu 30 dias para apresentar sua defesa. Enquanto isso, a iniciativa do MPF tem sofrido duras críticas na comunidade acadêmica.

“Há um equívoco da Justiça. A avaliação é comparativa. Tem que comparar os desempenhos dos programas. Não dá para saber isso previamente”, esclarece o professor Renato Janine, presidente da SBPC, que foi diretor de Avaliação da Capes, entre 2004 e 2008. “Dirigi duas avaliações. A avaliação não é para punir, mas para orientar. Se a avaliação ficar travada por regras deste tipo (como solicitado pelo MPF), inviabiliza o trabalho de orientação”, completa.

A presidente da ANPG, Flávia Calé, observa que todas as mudanças introduzidas no processo de avaliação são amplamente debatidas. E que as

alterações mais recentes aumentaram a possibilidade de os programas alcançarem melhores resultados. “A quem interessa a paralisação da avaliação do sistema de pós-graduação?”, questiona. Em artigo publicado no Jornal da USP, a doutoranda lembra que “há fortes interesses de entes privados, que atuam na educação, na desregulamentação das diversas instâncias de ensino superior e da pesquisa”.

A UFRJ também defende a retomada do processo de avaliação. Pró-reitora de Pós-graduação e Pesquisa da universidade, a professora Denise Freire acredita que a judicialização pode abrir um precedente pe-

rigoso e prejudicar também as próximas avaliações. “Acabou a avaliação, saíram os resultados, a gente começa a discussão para melhorar para o próximo quadriênio”, recomenda.

Outro ponto é a valorização do trabalho dos coordenadores. “Há coordenadores de pós-graduação trabalhando incessantemente, durante meses, para gerar um relatório supercomplexo. Temos relatórios aqui na UFRJ de 400 páginas. Todos os programas da universidade entregaram seus relatórios”, disse.

O Fórum Nacional de Pró-reitores de Pós-graduação e Pesquisa (Foprop) divulgou nota pública sobre o caso. “Para

todos aqueles que conhecem e acompanham o SNPG (sistema nacional de pós-graduação), não há dúvidas de que o processo de avaliação é conduzido de forma bastante séria e responsável por mais de cinco mil consultores *ad hoc* (vinculados às mais variadas instituições de ensino superior e institutos de pesquisa). Por sua vez, a interrupção intempestiva deste processo fragiliza e coloca em risco todo o SNPG”, diz um trecho.

“A expectativa, por parte do Foprop, é que essa liminar deve cair. Acredito que o bom senso vai prevalecer”, completa Denise.

CSCE DEBATE EBSERH

SILVANA SÁ
silvana@adufrj.org.br

“A solução ideal é um hospital totalmente orçamentado, em que seu diretor saiba em janeiro quanto vai gastar em julho, em setembro, em dezembro. Porém, nos últimos 20 anos, com governos de matizes diferenciadas, não houve essa possibilidade de

suplementação orçamentária”. Com este argumento, o professor Leôncio Feitosa, coordenador do Complexo Hospitalar da UFRJ, introduziu a apresentação de um relatório sobre a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh). A exposição aconteceu durante reunião do Conselho Superior de Coordenação Executiva da UFRJ — composto pela

reitoria, decanos e diretores dos campi de Macaé e Caxias, entre outros —, no dia 5.

O relatório foi elaborado por um grupo de trabalho designado pela reitoria para levantar a situação dos hospitais que aderiram à Ebserh. O documento conclui que “há elementos substanciais e seguros” para que “sejam imediatamente estabelecidas negociações formais com a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares”.

Durante o debate, o decano do Centro de Tecnologia, professor

Walter Suemitsu, lembrou que foi favorável à adesão à Ebserh em 2013, quando a universidade discutiu o tema pela primeira vez. Mas o docente considera que agora não é o melhor momento para deliberar sobre este assunto.

O ano pré-eleitoral e o governo antidemocrático de Bolsonaro são as razões da desconfiança. “O atual governo pode usar politicamente a contratualização dos hospitais da UFRJ”, ponderou. Não houve votação sobre o relatório, que deverá ser apresentado

aos centros acadêmicos da Saúde antes de ser enviado para apreciação do Conselho Universitário.

PLATAFORMA DE DISCUSSÃO

Para ampliar o debate, a AdUFRJ criou a plataforma [adufrj.org.br/debateebserh](https://www.adufrj.org.br/debateebserh). Serão aceitos artigos autorais, literatura publicada na área ou outras formas de contribuição. Para participar, é preciso preencher um rápido cadastro na seção “Fórum”, no botão “acessar”. Todos os materiais ficarão disponíveis para consulta.



AdUFRJ
no Rádio

■ O PROGRAMA ADUFRJ NO RÁDIO DESTA SEMANA recebe os professores Eleonora Ziller e Felipe Rosa, diretores do sindicato, para fazer um balanço da manifestação contra Bolsonaro que aconteceu no dia 2. O programa também discute a fortuna do ministro da Economia, Paulo Guedes, em um paraíso fiscal e as questões de segurança no campus da Cidade Universitária. O AdUFRJ no Rádio vai ao ar todas as sextas-feiras, às 10h, com reprise às 15h.



FOTOS: DIVULGAÇÃO

CEG aprova plano de retorno híbrido do Colégio de Aplicação

> Projeto do CAp une atividades remotas com dois dias de aulas presenciais a partir de 13 de outubro. Protocolo sanitário será implementado

LUCAS ABREU
lucas@adufrrj.org.br

O Conselho de Ensino de Graduação (CEG) aprovou, na última quarta-feira (6) o plano de retorno às atividades presenciais apresentado pelo Colégio de Aplicação da UFRJ. Pelo plano, as atividades passarão a ser feitas em um modelo híbrido, que junta atividades remotas e presenciais, com dois dias de atividades presenciais para cada um dos anos letivos. Os alunos só participarão do ensino híbrido se os seus responsáveis consentirem, e há a opção pela manutenção no ensino exclusivamente remoto. As aulas presenciais já começam no dia 13 de outubro, quarta-feira. A presença dos alunos na escola deve evitar aglomerações. Cada ano letivo terá dois dias na semana de atividades pre-

senciais, mas as turmas serão separadas. “Por exemplo, são duas turmas de segundo ano do Ensino Fundamental, 12A e 12B. Cada uma vai ser dividida em dois grupos. Enquanto um grupo está na escola em um dia, o outro vai ter aulas remotas. Em outro dia, trocam”, explicou a professora Cristina Miranda, vice-diretora do CAp. Já os alunos da Educação Infantil serão divididos em dois grupos e irão uma a duas vezes por semana à escola pelo período de três horas.

O plano de retorno foi debatido desde julho do ano passado. “O plano vem sendo construído desde que foi instalado o GT de Protocolos de Retorno pós-pandemia do CAp UFRJ, um GT que reuniu representantes dos docentes, dos técnicos e das famílias, através da APACAP (Associação de Pais, Alunos e Amigos do CAp UFRJ)”, contou Cristina. O grupo se apoiou em todo o material publicado pelo GT pós-pandemia da UFRJ e em publicações da Fiocruz sobre o

tema, estudou os espaços físicos da escola e procurou exemplos de outras escolas no Brasil e em outros países do mundo. “A partir desse estudo, nós fomos construindo essa possibilidade”, explicou a professora. Toda a elaboração do plano foi amplamente debatida dentro da comunidade do CAp.

O retorno das atividades presenciais no CAp conta também com a aprovação do GT Coronavírus da UFRJ. Um parecer elaborado pelo grupo considerou a vacinação na cidade do Rio, onde mais de 65% da população com mais de 12 anos já recebeu a segunda dose; o plano de retorno elaborado pelo Colégio de Aplicação; e os índices da pandemia na região e o covidímetro.

RETORNO SEGURO

Muitas adaptações importantes foram feitas para a manutenção da segurança sanitária dos alunos e professores do CAp. Todos que entrarem na escola, trabalhadores e estudantes, terão sua temperatura aferida, dispensadores de álcool em gel foram espalhados pela escola, o uso de máscaras será obrigatório. Além disso, os bebedouros serão de uso exclusivo para enchimento de copos e garrafas de uso pessoal, que todos serão orientados a levar de casa, os

estudantes serão orientados a sentar sempre no mesmo lugar e não compartilhar material escolar ou outros objetos, como celulares.

Os estudantes de graduação que fazem estágio no colégio não retornarão às atividades presenciais este ano. “Todo o trabalho de formação de professores vai continuar ainda no remoto. Entendemos que era melhor segurar no remoto. São quase 500 licenciandos, seriam mais adultos na escola”, explicou a vice-diretora.

O plano de retorno também prevê o monitoramento de estudantes e trabalhadores que apresentem qualquer sintoma da covid-19. A comunidade será orientada o tempo inteiro para reconhecer os principais sinais da doença, e em caso positivo, serão encaminhados para o Centro de Triagem e Diagnóstico para Covid-19 da UFRJ. Há a previsão da suspensão das atividades em dois casos: caso haja mais de um caso de infecção com envolvimento que convivem na mesma sala, ou na ocorrência de casos simultâneos em salas diferentes. Nestes casos, as atividades presenciais serão suspensas por 14 dias.

Os meses de outubro e novembro serão de observação de como o retorno está aconte-

cendo. “Há uma possibilidade de, ainda em novembro, conseguirmos implementar mais alguns dias, ampliar um pouco essa vinda das crianças para a escola”, contou. “Poder voltar com as crianças é emocionante”, confessou a professora.

CEG

Para Felipe Rosa, vice-presidente da AdUFRJ e conselheiro do CEG, o projeto foi bastante elogiado pelos conselheiros, que consideraram o plano de retorno bem feito e detalhado. “Muitos elogiaram a iniciativa, porque acham que esse movimento para o ensino presencial tem que começar, e o CAp já se inseriu nisso”, contou Felipe. Até agora, as faculdades de Medicina, Odontologia, a Escola de Química e os cursos de Medicina e Enfermagem de Macaé já estão oferecendo aulas práticas de algumas disciplinas, com a autorização do CEG.

Representante do CCS no CEG, a professora Georgia Atella, que presidiu a sessão da última quarta-feira, chegou a mencionar na reunião que o colegiado aguarda uma normativa da reitoria sobre a volta das atividades presenciais. “No meu centro, pedi que as unidades iniciassem uma discussão interna sobre esse retorno”, disse Georgia.

JUSTIÇA REJEITA PEDIDO PARA RETORNO PRESENCIAL ATÉ DIA 18

KELVIN MELO
kelvin@adufrrj.org.br

Vitória da autonomia universitária. No dia 7, a juíza Carmen Silveira Lima de Arruda, da 15ª Vara Federal, rejeitou o pedido de liminar do Ministério Público Federal para o retorno presencial das aulas na UFRJ, UniRio, UFRRJ, Cefet-RJ, IFRJ, INES e Colégio Pedro II. O MPF queria que todas as instituições retomassem as atividades de ensino normalmente até, no máximo, 18 de outubro.

“O MEC, em audiência realizada em 31/08/2021, destacou que a res-

ponsabilidade sobre o calendário é da universidade e prevalece a sua autonomia quanto à decisão final em relação ao momento e à forma no retorno às atividades presenciais. Assim sendo, ausente um dos requisitos autorizadores, impõe-se o indeferimento da medida de urgência requerida”, argumentou a juíza. O MPF ainda pode recorrer.

Em nota divulgada no mesmo dia, a reitoria comemorou a decisão e informou que “o retorno completo às atividades presenciais – acadêmicas e administrativas – está em discussão na Universidade e se baseia em critérios técnico-científ-

cos e no permanente diálogo com as representações de servidores técnico-administrativos, estudantes e docentes, considerando todas as garantias de segurança e estrutura, para que não haja prejuízos à comunidade universitária”.

“Esta foi uma vitória muito importante. Foi um movimento de se preservar a autonomia universitária. Voltou-se a ter respeito e preocupação com os preceitos constitucionais”, afirma a presidente da AdUFRJ, professora Eleonora Ziller. “Passamos por graves momentos de ameaças à Constituição, à democracia. Há um quadro lamentável de destruição nacional, por um lado, mas, por outro, o horror seria muito maior se não houvesse resistência”, **(colaborou Silvana Sá)**

ASSEMBLEIA ESCOLHE DELEGAÇÃO PARA CONAD

A Assembleia Geral virtual da AdUFRJ aprovou, na sexta-feira (8), a delegação para o 13º Conad Extraordinário do Andes. A professora Eleonora Ziller, presidente da entidade, será a delegada ao evento marcado para 15 e 16 de outubro, pela internet. Os professores Cleusa dos Santos (ESS) e Luciano Coutinho (FACC) completam a delegação, como observadores. Além de atualizar o

debate sobre a conjuntura, o 13º Conad extraordinário discute ainda a organização do Congresso do Sindicato Nacional.

Na assembleia, os docentes destacaram os crimes do governo revelados pela CPI da Pandemia, a premência do impeachment de Bolsonaro, as mobilizações contra a reforma administrativa (PEC 32) e os riscos para a autonomia universitária em função dos cortes no financiamento. Alguns docentes propuseram a realização de uma AG para elaboração de pauta de reivindicações dos professores sobre as condições de trabalho no retorno presencial. **(Elisa Monteiro)**

Violência assusta comunidade do Fundão

> Professores e alunos relatam casos de sequestro, assaltos e roubos. Prefeitura Universitária diz que policiamento aumentou desde setembro e propôs ao CCS sistema de controle de acesso

KIM QUEIROZ E LIZ MOTA ALMEIDA
comunica@adufrrj.org.br

“É um terror de gritaria e ameaças, mas não recebi agressões”, relata um estudante, aluno de pós-doutorado da Biofísica, vítima de sequestro relâmpago, no dia 27 de setembro, quando estacionava seu carro nos fundos do Centro de Ciências da Saúde. O caso do aluno, que ficou aproximadamente duas horas em poder de três criminosos armados com revólveres, reacendeu o debate sobre segurança no campus da Cidade Universitária.

“Neste dia, os estacionamentos estavam vazios. Assim que cheguei vi um movimento de carro estranho, com o filme escuro”, narra o jovem, que pediu para não ser identificado. Era uma e meia da tarde, quando foi dominado, cobriram sua cabeça com uma touca e o levaram para o Complexo da Maré.

Os banditos roubaram o veículo, cartões e o celular. E ainda forçaram o aluno a ceder o acesso às contas bancárias. “Fui liberado por volta de 15h30, na Maré, já próximo à Avenida Brasil, e me deram um dinheiro para pegar um táxi”, diz. Assim que chegou em casa, descobriu que os criminosos tinham conseguido transferir cerca de R\$ 20 mil, recuperados parcialmente junto aos bancos, com exceção dos saques via Pix. A polícia ainda não conseguiu localizar o carro.

“Fica essa sensação de insegurança, dessas histórias que escuto há 10 anos e que não imaginava me tornar um personagem delas”, conta. “Hoje sou pós-doc. Me dediquei tanto a essa universidade, produzi tanto pela UFRJ, fiz biologia na graduação, mestrado e doutorado nela. Me doi tanto para, em troca, não receber o mínimo de proteção. Só o tempo vai me fazer esquecer a cena e ficar mais tranquilo”.

RESPOSTA DA PREFEITURA UNIVERSITÁRIA

No dia 30, a Prefeitura Universitária lançou uma nota oficial em que lamentou os episódios de violência no campus, e pontuou algumas ações para evitar novos casos. Entre elas, a renovação do convênio com o projeto Rio + Seguro Fundão, custeado pela UFRJ. O projeto esteve desativado por cerca de quatro

meses, e voltou a funcionar em setembro. “São profissionais de segurança (policiais militares e guardas municipais), que fazem o monitoramento de trânsito, do tráfego e o ordenamento público em geral”, explica Marcos Maldonado, prefeito da Cidade Universitária. Os policiais atuam diariamente em três turnos, realizando operações em áreas estratégicas, patrulhamento nas vias urbanas e abordagens a indivíduos suspeitos. A prefeitura não quis detalhar os números do convênio por questões de segurança.

O campus também conta com um sistema de câmeras, que vem sendo ampliado. “A gente faz a manutenção diária dessas câmeras. Hoje, 90% da Cidade Universitária está coberta por esse sistema de monitoramento”, enfatiza.

Mas e quanto ao caso do estudante? “A Prefeitura cuida das vias urbanas, mas os estacionamentos são de responsabilidade das unidades”, destaca o prefeito. Em reunião realizada com a decania do CCS e diretores de unidades no dia 6, a prefeitura propôs a implantação de um sistema de controle de acesso, com gravação de imagem. “Seriam portarias com cancelas eletrônicas, onde a pessoa, ao entrar, vai ter que abaixar o seu vidro e ser identificada. Isso inibe um pouco mais a entrada de criminosos”, afirma Marcos. Outra proposta apresentada foi a de fechar o perímetro na região à beira-mar, onde ocorreu o sequestro mais recente.

Para que a administração superior possa agir com mais eficiência, o prefeito apela para que todos os relatos de crimes sejam levados ao registro da Divisão de Segurança (Diseg). “A gente faz nosso índice de violência



FERNANDO SOUZA

CCS: CORREDORES VAZIOS tornam mais inseguros os dias de quem precisa realizar atividades presenciais

com base na mancha criminal do que foi registrado na Diseg”, reitera o prefeito.

CORTES IMPACTAM SEGURANÇA

A proposta apresentada pela prefeitura será discutida com as unidades na próxima semana, explica o decano Luiz Eurico Nasciutti. “Já temos o valor dessa cancela eletrônica. Não temos recursos da decania, mas se as unidades aceitarem contribuir, queremos implementar isso o quanto antes”, afirma. A pessoa precisará ser cadastrada e se identificar toda vez que for entrar nos estacionamentos. “Não impedirá totalmente a criminalidade, mas com certeza evitará muita coisa”.

O professor Bruno Diaz, diretor do Instituto de Biofísica, par-

ticipou da reunião (IBCCF) com o olhar de quem já foi vítima de um assalto dentro da UFRJ, em 2018. “Fui rendido e o meu carro foi levado. Todas as vezes que estou levando comigo, e entro em contato com minha família para acompanharem o meu trajeto”, confessa o professor. Contudo, ele reconhece que a prefeitura está trabalhando no limite do que as restrições orçamentárias possibilitam. “Precisamos aumentar a eficiência do quadro pequeno que temos, para conseguir direcionar o nosso pessoal para áreas que estão em situação mais aguda”, pontua.

A UFRJ precisou revisar todos os seus contratos com empresas terceirizadas por força dos cor-

tes impostos pelo governo, nos últimos anos. O efetivo de segurança passou de 927 vigilantes em dezembro de 2020 para 731, em fevereiro deste ano.

O **Jornal da AdUFRJ** tentou contato com a 37ª Delegacia, localizada na Ilha do Governador, que é a responsável pelos casos na ilha do Fundão. A assessoria de imprensa da Polícia Civil informou que o delegado não estava disponível para entrevista e orientou a checar os dados diretamente com o Instituto de Segurança Pública (ISP) do estado. Porém, as informações relativas à 37ª DP não especificam os crimes cometidos apenas no campus, o que impossibilita uma análise precisa se houve um aumento na criminalidade da Cidade Universitária.

FURTO DE TONELADAS DE MATERIAL INTRIGA DIREÇÃO DA COPPE

Em outro ponto do campus, a insegurança está dentro e fora dos prédios. O professor Ericksson Almendra, diretor de Planejamento, Administração e Desenvolvimento Institucional da Coppe, contou à reportagem que, nos últimos meses, foram contabilizados cerca de 30 furtos de cabos e tubos de cobre no entorno do Centro de Tecnologia 1 e 2. “O ponto crítico foi há dois meses, quando todos os dias havia pelo menos um caso que nos afetava ou que acontecia em outras partes do campus”, disse, em referência a um perí-

odo em que não havia cobertura do convênio Rio + Seguro.

“Já houve furto de metal em obras, danos a subestações e aparelhos de ar-condicionado. E a gente vai tendo dificuldade de repor todos esses equipamentos que são danificados pelos furtos externos”, afirmou o docente.

Além desses crimes, a Coppe busca entender como um material armazenado para pesquisa sumiu do Laboratório de Ensaios Não Destrutivos, Corrosão e Soldagem (LNDC), do Programa de Engenharia Metalúrgica e de Materiais. O furto está sendo

investigado pela Polícia Civil e por uma Comissão de Sindicância.

Os pesquisadores deram falta do material em agosto, mas ninguém sabe precisar quando eles foram retirados do local. As câmeras de segurança existentes armazenam imagens com autonomia de apenas um mês, o que dificulta a apuração do caso. “Pode ter acontecido há quatro meses, há três meses, há seis meses”, explicou Ericksson.

Os materiais consistiam em tubos de aço envelhecido em cerca de dez anos. Ericksson preferiu não detalhar o tamanho

do prejuízo, mas afirmou que os objetos tinham “grande valor para a pesquisa, embora tivessem aparência de sucata”. Uma das linhas de investigação, inclusive, é a de que os materiais tenham sido confundidos com itens para descarte. “Todo o conjunto pesava algumas toneladas, era preciso de duas a três pessoas para o transporte de cada um dos tubos, já que alguns chegavam a pesar cem quilos”, descreveu o docente responsável por montar a comissão que investiga o sumiço. **(Silvana Sá)**

BALANÇO DA GESTÃO

SOLIDARIEDADE FOI REMÉDIO CONTRA OS VÍRUS DA COVID-19 E DO INDIVIDUALISMO

SILVANA SÁ
silvana@adufrrj.org.br

Neste último capítulo de nossa série sobre o balanço da atual diretoria, lembramos as ações de solidariedade e apoio a pessoas, instituições e entidades da sociedade civil ao longo da pandemia. Os apoios tiveram três eixos principais: o primeiro, emergencial, como as doações de insumos e equipamentos para hospitais e laboratórios da UFRJ. Um segundo eixo consistiu em ações de solidariedade junto a coletivos e grupos em vulnerabilidade social. O terceiro correspondeu à atuação política do sindicato, em ati-

vidades junto ao comitê “Fora Bolsonaro”, além do apoio a entidades estudantis, culturais e movimentos sociais. “A gente participou dessas ações contribuindo com a mobilização coletiva. Entramos completando esse esforço, que todos os sindicatos fizeram, em âmbito nacional. Destinamos recursos inclusive para o Amapá”, destaca a presidente da AdUFRJ, professora Eleonora Ziller.

De março de 2020 a 5 de outubro de 2021, a AdUFRJ destinou um total de R\$ 614.504,37 a ações gerais de apoio e solidariedade. “Todas as entidades foram cheçadas antes de receber os recursos. Houve muita responsabilidade ao lidar com um dinheiro que não é nosso, mas dos sindicalizados”, afirma Eleonora. “Muito da economia



A gente investiu muito em voltar a fortalecer o sindicato nesse aspecto, como instrumento de defesa, de atuação coletiva.”

ELEONORA ZILLER
Presidente da AdUFRJ

gerada por não estarmos em atividade presencial foi direcionada às doações. O sindicato deu uma resposta ao hiperindividualismo, construindo uma

cultura coletiva de solidariedade e ajuda mútua”.

Para Eleonora, a AdUFRJ também conseguiu resgatar a dimensão do sindicato “como instrumento de proteção a quem trabalha”. “A gente investiu muito em voltar a fortalecer o sindicato nesse aspecto, como instrumento de defesa, de atuação coletiva. Estamos entregando uma gestão que teve uma delegação recorde no Congresso do Andes, teve um quórum recorde na eleição do Andes, um quórum recorde na sucessão da diretoria, conseguiu duplicar o caixa”, elenca. “Só foi muito difícil alcançar os docentes que não estavam sindicalizados, exatamente por conta da atuação remota”.

Os desafios já eram enormes há dois anos. O professor Pedro

Lagerblad, também diretor da seção sindical, relembra a sensação de quando tomou posse. “Havia um sentimento de ‘e agora, José?’ entalado na garganta. Assumíamos um sindicato importante, da maior universidade federal do país, no meio de um governo que fala em nome da ignorância, da brutalidade e de um projeto de destruição nacional. Enfim, um governo inimigo declarado da universidade”, resume. A chegada da pandemia trouxe desafios extras. “Tentar construir canais de ação, de reunião, responder a demandas que não existiam e criar esperança nesse cenário foi algo que nunca conseguimos esquecer”.

O professor Jackson Menezes, também diretor da AdUFRJ e representante da gestão em Macaé, destaca a resiliência de professores, técnicos e estudantes neste período tão adverso. “O ponto que mais me marcou foi a capacidade do corpo social da UFRJ em se organizar para atender à demanda da população durante a pandemia e, em especial, a capacidade dos alunos, técnicos e docentes em se adaptarem ao ensino remoto emergencial”, afirma. Manter-se presente nas lutas da universidade, ele reforça, não foi tarefa simples. “Houve muita força da atual diretoria em manter a mobilização sindical mesmo de forma remota”. Lagerblad completa: “A AdUFRJ era uma parte da luta diária. Sobrevivemos. Um dia de cada vez”.

Artigo

CHRISTINE RUTA

Professora do Instituto de Biologia e 2ª vice-presidente da AdUFRJ



SENSAÇÃO BOA DE DEVER CUMPRIDO E COM MUITA ENERGIA PARA APOIAR A PRÓXIMA GESTÃO!

No dia 11 de março de 2020, o estado do Rio de Janeiro decretaria a adoção de isolamento e quarentena, entre outras medidas, para o combate ao novo coronavírus. Quando assumimos, em outubro de 2019, imaginamos inúmeros cenários possíveis para a nossa gestão. Só não sabíamos que iríamos enfrentar uma pandemia com medidas tão drásticas de distanciamento social para o controle da doença que nos afetariam até hoje. Durante 19 meses da nossa gestão de dois anos, conduzimos de modo virtual o sindicato da maior universidade do Brasil. Estamos prestes a encerrar o nosso mandato e sairemos com a sensação de dever cumprido, mas é inegável que nós, diretores engajados com a de-

fesa da universidade pública e da carreira docente, fecharemos a nossa gestão com a sensação do “gostinho de quero mais”.

O modo remoto, sem o obstáculo da distância entre os espaços, possibilitou à nossa gestão uma vasta aproximação junto aos docentes dos mais diferentes campi e cursos da nossa universidade. O saldo do remoto também é positivo no sentido de que diversas ações sindicais foram menos custosas financeiramente, sem, contudo, deixarmos de atuar em diversos locais, inclusive outros estados. Por outro lado, não há como negar que uma gestão a distância trouxe a necessidade de adequação a esse novo tempo, sobretudo nos eixos de ação coletiva sindical que sempre foram organizados de maneira presencial e, muitas vezes, na forma de grandes movimentos. Tivemos que nos reinventar, e já no nome

da nossa chapa deixávamos clara a mensagem: “Não vamos parar nem voltar atrás”. Neste sentido, destaco a seguir três de nossas ações anteriores ao período do confinamento e como nos adaptamos para continuar o trabalho sindical nestas ações.

Na luta contra os ataques e o desmonte da universidade pública, em dezembro de 2019, representamos a AdUFRJ na audiência convocada pela Comissão de Educação da Câmara dos Deputados com o então ministro da Educação, Abraham Weintraub, que se notabilizou como o “pior ministro da história”. Na Câmara, iniciamos as nossas primeiras articulações *in loco* com deputados e outros atores do cenário político. Durante o período de confinamento, toda a nossa agenda sindical na capital federal foi obrigatoriamente cancelada. Mas seguimos em frente! Conseguimos nos articular

e fortalecer a AdUFRJ junto aos nossos pares das demais seções sindicais, principalmente via Observatório do Conhecimento, e outras entidades e movimentos sociais por meio de reuniões virtuais. A quarentena AdUFRJ foi inserida na era da comunicação digital e redes sociais. Aprendemos a ir “pra rua” por meio das projeções luminosas durante a campanha do 15 de maio de 2020 contra as infâmias e a estupidéz do então ministro da Educação.

É uma sensação compartilhada por toda a diretoria: as ruas fizeram muita falta durante a pandemia! No dia 9 de março de 2020, ocupamos o Centro do Rio de Janeiro junto com mais de 30 mil mulheres no Dia Internacional das Mulheres pela igualdade de gênero. A AdUFRJ empunhou uma enorme faixa que se destacou pelo tamanho e pela vibração. Agitamos intensamente a faixa pelas ruas do Rio de Janeiro, nosso símbolo para expressar a vontade coletiva de varrer esse governo Bolsonaro, que desde o início atacava as mulheres em todos os campos. Em 2021, no dia 8 de maio, nos reinventamos. Mesmo sem levar nossos corpos para a rua, e novamente por meio das projeções luminosas, ocupamos diversos espaços urbanos no Rio de Janeiro e em outros estados. Fomos além da imagem. A voz emblemática da icônica Elza Soares, cantando “Dentro de cada um”, nos representou nesta ação.

Por fim, podemos destacar também a reunião do dia 12 de novembro de 2019 junto aos pro-

fessores substitutos, a primeira reunião exclusiva com essa categoria para discutirmos sobre a contratação temporária na universidade, entre outras questões que atingem o setor precarizado dos substitutos. Havíamos planejado uma agenda de trabalho junto a esses docentes, mas a dinâmica da pandemia acabou por absorver essa frente de atuação. Durante todo o nosso mandato, estivemos abertos aos docentes de todas as unidades. Por meio do nosso Jornal da AdUFRJ, conseguimos dar voz dos substitutos aos aposentados. Como mencionou o professor substituto Bruno Clarkson, do Instituto de Biologia: “Não vou esconder que fiquei frustrado de ter a minha primeira experiência como professor na UFRJ em um cenário que exige distanciamento dos alunos e ensino remoto. Mesmo assim, para mim é gratificante, em um momento como esse, ter participado de alguma forma do combate à pandemia e da manutenção do ensino em uma das melhores universidades do país” (artigo veiculado na edição especial 1170)

De certa forma, é o sentimento que me invade também no Rio de Janeiro e em outros estados. Fomos além da imagem. A voz emblemática da icônica Elza Soares, cantando “Dentro de cada um”, nos representou nesta ação.



HOSPITAIS

A AdUFRJ fez doações de equipamentos para o Hospital Universitário Clementino Fraga Filho no valor de R\$ 100.110,00. Para o Instituto de Puericultura e Pediatria Martagão Gesteira, as doações foram de materiais médicos, no valor de R\$ 100.120,00. “A AdUFRJ não foi uma patrocinadora dos hospitais. Esta é uma atribuição do Estado. Mas entendemos que, naquele primeiro momento, era urgente colaborar para que a população pudesse ser atendida”, explica a professora Eleonora Ziller.

LABORATÓRIOS

A AdUFRJ doou insumos para pesquisa, para realização de testes de covid-19 e para a fabricação de álcool 70°. Os materiais, para laboratórios do Rio e de Macaé, somaram R\$ 111.200,00. Desse montante, R\$ 74.200,00 foram doados em 2020.

CESTAS BÁSICAS

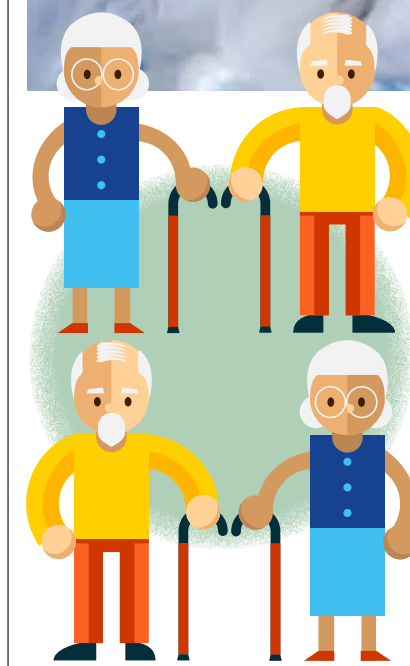
Era preciso aplicar a fome das camadas mais vulneráveis. Foram R\$ 160.492,00 em doações de cestas básicas, principalmente para trabalhadores terceirizados e estudantes que perderam renda nos meses mais críticos de isolamento social e se mantêm em situação financeira instável até os dias atuais. Além disso, houve também doações para coletivos de bairros e favelas.

APOIO AOS COLETIVOS

Houve destinação de recursos para coletivos negros atuantes na universidade e apoio político na formação de coletivos docentes de professores negros e de parentalidade. “Tudo o que nos foi solicitado pelos coletivos nós transmitimos aos nossos sindicalizados. A gente tentou fazer toda essa costura, inclusive com o coletivo das mães docentes de Macaé que se transformou no GT Parentalidade”, conta Eleonora Ziller.

APOSENTADOS

A AdUFRJ teve atenção especial aos professores mais idosos, que poderiam necessitar de algum suporte específico durante o período de



isolamento. Um dos serviços oferecidos foi o de transporte para os locais de vacinação. Os professores foram contatados um a um. “Felizmente, a gente não encontrou um quadro de mais necessidade, mas houve esse esforço de localizar, nos nossos quadros, se havia algum tipo de vulnerabilidade”, lembra Eleonora.

ADUFRJ NO RÁDIO

Uma novidade da gestão foi o programa AdUFRJ no Rádio.



AdUFRJ
no Rádio

veiculado na rádio UFRJ. Desde que estreou, em 16 de outubro de 2020, foram produzidos 47 programas. “Não tínhamos muita ideia de qual seria o impacto, mas, sem dúvidas, foi muito bom ter essa experiência. Foi mais um canal de comunicação aberto para falarmos à universidade e à sociedade. Muito recompensante do ponto de vista intelectual e sentimental”, descreve o vice-presidente, professor Felipe Rosa.

PLANOS INTERROMPIDOS

A pandemia não permitiu que a AdUFRJ desse sequência ao censo idealizado para traçar o perfil de todos os professores da UFRJ. “Isso mudaria qualitativamente nosso trabalho. A pandemia aprofundou a noção de bolha. A gente só conseguiu maior contato com os sindicalizados, mas há mais de dois mil professores aos quais não conseguimos chegar”, lamenta a presidente da AdUFRJ, professora Eleonora Ziller.

Outro projeto que não pôde sair do papel foi a ampla campanha de sindicalização. “Ela dependia bastante do censo para saber quem somos nós e o que queremos ser”, argumenta Eleonora. Na avaliação da presidente, a seção sindical

foi se afastando gradativamente da categoria, sobretudo após a era FHC. “Com a perda desse contato, a gente não sabe mais o que pensam principalmente os jovens professores”.

Finalmente, uma sala de convivência e atendimento jurídico aos professores estava planejada para ser inaugurada na Praia Vermelha. Outro plano suspenso pela necessidade de isolamento social. “Mas a cooperação com o CCJE para a realização da revista Versus continua acontecendo, e a gente espera que continue de pé e que renda frutos. Esta foi outra forma de apoio que a gente inaugurou nessa gestão”, orgulha-se a docente.





**RESTAURANTE
& LANCHONETE
BURGUESÃO**

AO QUERIDO BURGUESÃO, DE TODO O CORAÇÃO

ALEXANDRE MEDEIROS
comunica@adufrj.org.br

Estuário de memórias afetivas de gerações e gerações de professores, alunos e funcionários da UFRJ, o restaurante Burguesão, no bloco H do Centro de Tecnologia (CT), precisa de apoio. Com o fechamento imposto pela pandemia, desde março de 2020, a Associação de Assistência Alimentícia (AAA), que gere o restaurante, vem enfrentando dificuldades para manter o pagamento dos 18 funcionários. “O auxílio emergencial do governo, quando existe, alivia a situação. Mas, como complemento, as empresas devem pagar parte dos salários aos seus funcionários. Com faturamento zero desde meados de março de 2020, isto tem sido simplesmente impossível para a AAA”, conta o professor Afonso Celso Del Nero Gomes, da Coppe, presidente da associação sem fins lucrativos, criada em 1983. Os diretores atuam de forma voluntária.

Diante desse quadro, um grupo de nove professores do CT, entre eles Del Nero, lançou uma campanha de doações em prol dos funcionários, alguns com mais de 30 anos de casa, como a pernambucana Maria Barbosa, a Rosinha. Ela chegou ao Burguesão ainda adolescente, em 1987, e se emociona ao falar de sua ligação com o restaurante. “Passei minha adolescência lá, cresci lá, fiquei grávida das minhas duas filhas lá. Vi alunos se formando, voltando como professores. Fui convidada para muitas formaturas de alunos, tinham um carinho grande por mim. Nem consigo falar, porque me dói saber que o restaurante está fechado. Não é só pelo dinheiro, claro que preciso,

mas o restaurante fez muito por mim”, diz Rosinha, que tem feito trabalhos temporários para sobreviver.

A criação de laços afetivos entre clientes e funcionários é lembrada por muitos frequentadores, como o professor Fernando Duda, da Coppe, um dos idealizadores da campanha de doações. “Eu cheguei ao Rio para fazer meu mestrado nos anos 1990 e desde então comecei a frequentar o Burguesão. E nem sempre era para comer. As instalações do Fundão eram precárias e muitos alunos do CT usavam os banheiros do Burguesão, que eram os mais decentes. Mas o mais importante foi mesmo a convivência com os funcionários, em maioria nordestinos, como eu. Levei algumas vezes meus filhos lá, quando eram crianças. E os funcionários foram acompanhando o crescimento deles, até entrarem na universidade como alunos. Meu filho terminou Engenharia Civil e minha filha fez dois anos de Mecânica na UFRJ. Coisa difícil de você encontrar fora do ambiente familiar. É uma relação muito forte”, lembra Duda.

Uma das frequentadoras mais antigas do Burguesão, a presidente da AdUFRJ, professora Eleonora Ziller, apoia a campanha e só tem boas recordações do restaurante. “Tenho uma história afetiva gigantesca com o Burguesão. Quando a Faculdade de Letras mudou para o Fundão, em março de 1985, eu era aluna e entrei como sócia no Burguesão, que funcionava como uma cooperativa. Foi ali que comecei a conversar com o Fernando, almoçávamos juntos, fomos construindo uma relação que deu em casamento. Foi o início da minha vida no Fundão. Fizemos muitas reuniões políticas, lá, tomamos decisões importantes. Muitas coisas nasceram e se fortaleceram

ali. E foi onde aprendi a gostar de comida vegetariana. São memórias afetivas, políticas e pedagógicas”.

Outro idealizador da campanha, o professor José Henrique Sanglard, da Escola Politécnica, ressalta que, mais que um restaurante, o Burguesão se tornou um ponto de encontro democrático para a comunidade acadêmica. “O restaurante se tornou uma referência para as pessoas de outros centros também. E entre almoços, lanches e cafés naquelas mesas rolaram inúmeras reuniões e articulações políticas dos movimentos organizados das três categorias, incluindo a AdUFRJ, além dos processos eleitorais para chefias de departamentos, diretorias de unidades, decanias e reitorias. E ainda discussões relevantes sobre educação pública, universidade, ensino, pesquisa e extensão. O significado, a importância e o patrimônio deixado pela AAA para a UFRJ, portanto, transcende, em muito, a ideia de um simples local para comer e beber. Vai muito além, sob todos os aspectos”, observa Sanglard.

O professor Del Nero ressalta o caráter plural do Burguesão. “A arquitetura do restaurante é peculiar. Uma das quatro paredes dá para a cozinha, as outras três são totalmente envidraçadas, do piso ao teto. E isso dá uma sensação de abertura, eu me sinto aconchegado lá dentro. Talvez isso explique o fato de que as pessoas não vão lá apenas para comer, mas para ficar lá, como se estivessem numa sala de estar. É um lugar aberto e propício a encontros. Eu encontrei a minha esposa no Burguesão. Ela era funcionária lá e chegou a ser gerente, então foi um encontro muito importante para a minha vida. É um ambiente muito agradável e democrático”. Segundo Del Nero, o total arrecadado pela campanha de doações

será destinado ao suporte aos funcionários (veja no quadro a seguir como contribuir).

Para Marília Costa Muniz, gerente administrativa do Burguesão, ainda há esperança de que o restaurante viva de novos seus melhores dias. “Entre lá em 1992, como atendente. Dali fui para o caixa, para a parte de compras, fui auxiliar de gerente e assumi a gerência administrativa. Foi um livro pra mim, entrei lá crua, só com um curso técnico de contabilidade, e consegui administrar um restaurante. Para mim, o Burguesão é uma família, tive meus dois filhos trabalhando lá. Hoje sinto como se algo faltasse em mim. Criei muitos vínculos ali. Perdi meu marido em março para a covid-19, fiquei sem trabalho, sem suporte, até me emociono ao falar do Burguesão. Somos 18 funcionários, já fomos 31. Alguns ainda me perguntam se o restaurante vai voltar. Tomara que a gente volte a ficar juntos um dia”.

COMO COLABORAR

As contribuições para a campanha de apoio aos funcionários do Burguesão podem ser feitas por meio de depósitos na seguinte conta: Banco Itaú, agência **8189**, conta **06491-1**, CNPJ **28.057.115/0001-31**. Envie cópia do depósito para o e-mail **afel@poli.ufrj.br** para que o grupo de professores possa gerenciar as distribuições. O grupo sugere as seguintes faixas:

- Auxílio Platina: R\$ 500**
- Auxílio Ouro: R\$ 400**
- Auxílio Prata: R\$ 300**
- Auxílio Bronze: R\$ 200**
- Auxílio Coração: até R\$ 100**
- Auxílio Burguesão: + de R\$ 500**